

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101

OS alega atrasos há três anos

RESCISÃO Organização social relata falta de pagamentos e solicita o fim dos contratos de gestão relacionados aos hospitais de urgências de Goiânia e de Trindade. Estado analisa o pedido

Galtieri Rodrigues
galtieri.rodrigues@opopular.com.br

Dionício Gomes

Em um ofício de sete páginas entregue ontem na Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO), o Instituto Gerir, organização social que administra os Hospitais de Urgências de Goiânia (Hugo) e Trindade (Hutrin), expõe a série de motivos que culminou na decisão da diretoria de solicitar a rescisão do contrato celebrado com o Estado. O atraso dos repasses, que não é uma situação vivenciada apenas nos últimos meses, conforme o destacado no texto, impossibilitou o cumprimento de metas e comprometeu o pagamento de salários e compra de insumos e medicamentos. A dívida acumulada, citada no documento, é de R\$39,8 milhões.

A relação do Estado com a OS veio se desgastando ao longo do tempo e chegou a um ponto insustentável, principalmente a partir do mês passado, quando a crise do Hugo se acentuou e o Ministério do Trabalho precisou intervir ao aplicar um termo de intenção. Conforme o conteúdo do ofício, os pagamentos salariais vem sendo feitos após o quinto dia útil do mês desde novembro de 2015, ou seja, estaria descumprindo o que preconiza a lei trabalhista. “O pagamento dos funcionários do Hugo tem sido realizado, desde este período, entre os dias 14 e 19 do mês subsequente. Pagamento em dia dos salários é item básico para a manutenção dos profissionais no trabalho”, alegou a OS, no ofício.

A SES-GO respondeu, em nota, que está analisando todas as medidas e trâmites necessários para rescindir o contrato, mas ressaltou que esta solicitação não implica em entrega imediata dos hospitais para a gestão do Estado e que eles continuarão atendendo normalmente. O Instituto Gerir está à frente do Hugo desde 2012 e, do Hutrin, desde 2014. Esta é a primeira vez que uma OS da Saúde pede a rescisão contratual, desde que o sistema de contratação de organizações sociais foi implantado no Estado. Atualmente, 17 unidades de saúde, entre hospitais, centros de referência e reabilitação e laboratórios, são gerenciadas por OSs.

Só neste ano, de janeiro a setembro, conforme nota do go-



Fachada do Hugo, unidade que enfrenta desabastecimento e greve de funcionários. Ministério Público investiga aplicação de recursos financeiros

6 anos é o período em que a organização social Instituto Gerir ficou à frente do Hugo. O contrato foi assinado em 2012

verno do Estado, foram repassados às OSs da saúde um total de R\$ 740,6 milhões. No mesmo período, em 2017, expõe o governo, o total repassado foi de R\$ 718,6 milhões. Segundo o informado pela nota, o Estado diz que o processo de transição será iniciado na próxima semana e será rápido. Em relação aos atrasos nos repasses, a justificativa apresentada é de que se trata de uma questão pontual, “devido a imprevisto no fluxo de caixa do Tesouro Estadual provocados pelo cenário econômico adverso no País, mas que, apesar disto, os repasses têm sido feitos para todas as OSs”, diz a nota.

No ofício, o Instituto Gerir alega que o contexto não é bem

assim. Conforme a OS, o que ficou evidente neste período de crise recente, é que a SES-GO se esforçou em “fazer atos de socorro financeiro” sempre depois de alguma reportagem jornalística denunciar as consequências do desabastecimento do hospital. Relatório de auditoria feito pelo Ministério do Trabalho chegou a listar 112 itens essenciais em falta na unidade. “Nos instrumentos de prestação de contas ficou evidente que, imediatamente após a veiculação de matéria jornalística negativa, que afetam a credibilidade da SES-GO, do Hugo e da Gerir, a SES promove depósitos pontuais remediadores, em disssonância com a regularidade dos repasses estabelecidos no contrato”, afirma o Instituto, no ofício.

SUSPEITAS

Por outro lado, a relação contratual do Instituto Gerir com a SES-GO vem sendo alvo de denúncias e recomendações do Ministério Público de Goiás (MP-GO) e da Controladoria Geral do Estado (CGE) já há algum tem-

po. O motivo, basicamente, são suspeitas de que o dinheiro repassado estaria sendo empregado de maneira irregular ou em usos não, necessariamente, relacionados à assistência em saúde. A promotora de Justiça, Fabiana Zamballo, chegou a notificar o Estado no mês passado para que ele retomasse a gestão do Hugo e do Hutrin, diante das suspeitas evidenciadas. Relatórios da CGE demonstram o que a Controladoria definiu como um “cenário de imensa fragilidade nos controles do contrato de gestão”.

A promotora cita, dentre outras coisas, conforme reportagem do POPULAR publicada no dia 1º de outubro, a suspeita de gastos com viagens, contratações de empresas diferentes para a execução de um serviço similar e a falta de especificações básicas nos contratos celebrados com a entidade. Especificações, inclusive, sobre quantidades ou a frequência de serviços prestados capazes de justificar os valores pagos. Em reunião no Ministério Público Fede-

ral em Goiás (MPF-GO), no dia 15 de outubro, em que ficou decidida a criação de uma comissão para supervisionar e garantir a prestação dos serviços aos pacientes do Hugo, chegou a ser citada a suspeita de que o dinheiro repassado estaria sendo utilizado para pagar dívidas não diretamente ligadas à saúde.

A Gerir é responsável pela gestão de nove hospitais em Goiás, Paraíba, Bahia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

“O descumprimento do contrato teve início pelo parceiro público, notadamente em razão dos atrasos”

Instituto Gerir, em ofício encaminhado à SES-GO